

Fracasso escolar e homofobia no contexto da escola pública

Fracaso escolar y homofobia en el contexto de la escuela pública

Raimundo Sérgio de Farias Júnior
Universidade do Estado do Pará -UEPA
Belém-Brasil

Resumo

O objetivo geral desse artigo é analisar as relações estabelecidas entre práticas homofóbicas no contexto de escolas públicas e o fracasso escolar de indivíduos LGBT no município de Moju (PA) O estudo partirá das premissas da pesquisa social interpretativa. A investigação compreenderá duas etapas: 1) Pesquisa bibliográfica sobre o tema a ser investigado e 2) Pesquisa empírica: realizada nas duas maiores escolas de ensino médio do município de Moju (PA). Os procedimentos metodológicos compreenderão inicialmente o uso da: a) observação semiestruturada e b) Entrevista narrativa, onde foram selecionados 10 (dez) alunos repetentes de orientação LGBT, identificados durante fase de observação semiestruturada. Os resultados indicam que a escola não pode se omitir do debate concernente a homofobia. Assim, a diversidade sexual e de gênero devem se fazer presentes no currículo escolar e assim possibilitar o desvelamento da violência homofobia presente no ambiente educativo formal e que, infelizmente, expulsa dos bancos escolares esses sujeitos.

Palavras-chave: Fracasso escolar; Homofobia; Escola pública.

Resumen

El objetivo general de este artículo es analizar las relaciones que se establecen entre las prácticas homofóbicas en el contexto de las escuelas públicas y el fracaso escolar de las personas LGBT en el municipio de Moju (PA) El estudio partirá de las premisas de la investigación social interpretativa. La investigación constará de dos etapas: 1) Investigación bibliográfica sobre el tema a investigar y 2) Investigación empírica: realizada en las dos escuelas secundarias más importantes de la ciudad de Moju (PA). Los procedimientos metodológicos comprenderán inicialmente el uso de: a) observación semiestruturada, y b) entrevista narrativa, donde se seleccionaron 10 (diez) estudiantes LGBT repetidores, identificados durante la fase de observación semiestruturada. Los resultados indican que la escuela no puede omitirse del debate sobre la homofobia. Así, la diversidad sexual y de género debe estar presente en el currículo escolar y así posibilitar el desvelamiento de la violencia homofóbica presente en el ámbito educativo formal y que, lamentablemente, expulsa a estas materias de la escuela.

Palabras clave: Fracaso escolar; Homofobia; Escuela pública.

1 Introdução

O fracasso escolar ainda é um pesadelo que atormenta nossos sonhos (ARROYO, 2000) e vem afetando grande parte da população, especialmente a mais pobre. A produção do fracasso escolar, objeto de preocupação de Patto (2000), continua presente na realidade educacional brasileira. Mas é preciso considerar que, dependendo da condição social, determinadas minorias étnicas, sexuais e sociais são ainda mais atingidas pelo insucesso escolar, pois, além da condição social, política e econômica servirem de estorvo ao acesso e permanência na educação pública, determinadas práticas preconceituosas ajudam a promover a exclusão educacional, bem como o direito ao acesso e a permanência na escola formal. Em resumo: a exclusão varia em gênero, número e grau, de acordo com cada tipo de minoria. De acordo com Bento (2008) a LGBTfobia tem contribuído para evasão ou “expulsão” de alunos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Trangêneros)ⁱ do espaço escolar. Concordo com Golin e Weiler (1999) quando entendem por homofobia o medo, aversão, descrédito e ódio aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Trata-se, portanto, da caracterização de um processo específico de violência física, simbólica ou social praticado corriqueiramente contra os (as) homossexuais e que, infelizmente, encontra na escola ambiente propício a sua disseminação. Nesse sentido, de acordo com Junqueira (2011, p. 13):

A escola consente, cultiva e promove homofobia e heterossexismo, repercutindo o que se produz em outros âmbitos e oferecendo uma contribuição decisiva para a sua atualização e o seu enraizamento. Não raro também informados pelo racismo e pelo classismo, heterossexismo e homofobia atuam na estruturação deste espaço e de suas práticas pedagógicas e curriculares. Ali ela fabrica sujeitos e identidades, produz ou reitera regimes de verdade, economias de (in) visibilidade, classificações, objetivações, distinções, segregações, ao saber de vigilâncias de gênero que exercem efeitos sobre todos/as.

Miskolci (2012) pondera que ocorrem em nossas escolas vivências de exclusão dos "diferentes" e que estão relacionadas com o papel da consciência política majoritária ainda existentes na educação formal que ensejam a negação e desconstrução da reiterada influência da norma heterossexista dominante na sociedade e também na educação brasileira. No espaço escolar, ainda percebemos atitudes homofóbicas agressivas, o que acaba por servir de estorvo ao acesso e a permanência dessas minorias à escolarização formal. Nesse sentido, o problema de pesquisa desse estudo concentra em investigar: que relações podem ser estabelecidas entre o fracasso escolar e práticas homofóbicas no

contexto da escola pública? O presente estudo será realizado em duas escolas de ensino médio do município de Moju (PA). Desse modo, trata-se de uma pesquisa que abordará o direito à igualdade, tal como concebido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que percebe que cada pessoa tem o direito à liberdade e à dignidade, preceitos que também serviram de inspiração a nossa Constituição Federal (1988) que afirma como objetivo fundamental, entre outros, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Nesse bojo, é importante considerar que grande parte da população LGBT ainda não consegue concluir a escolarização formal obrigatória e em função da discriminação que sofrem – no ambiente familiar e também no espaço escolar – encontram-se marginalizados e socialmente excluídos.

Nessa linha de problematização apresento como objetivos: a) analisar as relações estabelecidas entre práticas homofóbicas no contexto de escolas pública e o fracasso escolar de indivíduos LGBT no município de Moju (PA); b) identificar práticas homofóbicas no contexto da escola pública no município de Moju; c) investigar a percepção de indivíduos LGBT sobre as práticas homofóbicas das quais são alvo no ambiente educativo e d) Levantar narrativas sobre os principais aspectos da violência (física ou não) contra estudantes LGBT que afetam a sua permanência na escola pública.

2 Materiais e método

De acordo com Bello e Luzzi (2009) a escola tendencialmente atua como reforçadora do preconceito dirigido a todos os que excedem a norma, em especial os estudantes negros, homossexuais, travestis, transexuais e pobres. Tendo em vista esse panorama, Junqueira (2009, p. 14) nota que:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Esse contexto enseja a importância de investigações que produzam interpretações críticas a respeito da referida temática. Nesse sentido, a pesquisa visou a realização de uma investigação de cunho qualitativo que procurou descrever e explicar determinadas singularidades do campo e dos indivíduos pesquisados e atentando para a diversidade de

histórias de vida inseridas em determinados contextos sócio-históricos, procurando relacionar o fracasso escolar e as práticas homofóbicas no cenário da escola pública

O estudo partiu das premissas de uma pesquisa social interpretativa (ROSENTHAL, 2014) por constituir um tipo de investigação que, ao contrário do que ocorre com os métodos quantitativos, visa a construção de uma lógica de gerar hipóteses e teorias sobre o objeto em questão, considerando, sobretudo o seguinte aspecto: “As interpretações tem por base a frequência de surgimento de fenômenos sociais ou a reconstrução de relações causais a partir do caso concreto” (ROSENTHAL, 2014, p. 20), tendo em vista fazer com que o pesquisador, auxiliado por procedimentos de investigação “abertos”, aproxima-se, em diferentes graus, da realidade investigada, visando sua descrição detalhada (ROSENTHAL, 2014).

Considerando essa orientação epistemológica, a investigação compreendeu duas etapas: 1) **Pesquisa bibliográfica**; realizada mediante seleção, leitura e sistematização analítica de obras relacionados ao tema/problema/objeto de pesquisa proposto. Tendo por base a pesquisa qualitativa, objetivei, na primeira etapa, mediante a pesquisa bibliográfica, construir as bases conceituais, descritivas, bem como a caracterização dos aspectos teórico-metodológicos inerentes ao objeto de estudo dessa pesquisa, procurando entender seus significantes, as relações, causas e conseqüências de modo interpretativo; 2) **Pesquisa empírica**: realizada nas duas maiores escolas de ensino médio do município de Moju (PA). Os procedimentos metodológicos da etapa empírica compreenderam inicialmente o uso da: a) **observação semiestruturada**, tendo em vista alcançar o realismo da situação estudada, além de permitir a familiarização com o ambiente e conhecer os participantes em potencial e; b) **Entrevista narrativa**, onde serão selecionados 10 (dez) alunos repetentes de orientação LGBT (cinco de cada escola e todos do sexo masculino), identificados durante fase de observação semiestruturada realizada nas duas escolas *lócus* dessa pesquisaⁱⁱ.

De posse do material coletado, realizou-se a análise de dados, em concordância com que o orienta Bardin (1979) e a forma como explicita a análise de conteúdo. Além disso, foi adotado determinados padrões de validação, avaliação e confiabilidade, indispensáveis a pesquisa qualitativa, especialmente quando se utiliza a entrevista narrativa como instrumento de coleta de dados. Sobre isso Creswell (2014) indica que é necessário considerar alguns aspectos como: a) o envolvimento prolongado e a observação persistente

no campo, algo que permite construir uma relação de confiança entre os participantes da pesquisa; b) na triangulação, que permite ao pesquisador utilizar múltiplas e diferentes fontes, métodos, e teorias que forneçam evidências confirmadoras c) o esclarecimento do viés do pesquisador e d) a descrição rica e densa do contexto. Desse modo, a presente pesquisa tratou os dados coletados segundo a proposta de validação transformacional, pois ancora os objetivos da investigação a tradição interpretativa (CHO; TRENT, 2006). Tomei os referidos procedimentos metodológicos com o propósito de descrever e interpretar as relações que se estabelecem entre o fracasso escolar e homofobia no contexto da escola pública.

3 Fracasso escolar e homofobia: a reprodução do preconceito no contexto da escola pública

Inicialmente destaco que o preconceito sofrido pela população LGBT tem muita influência no processo de escolarização desses sujeitos. A discriminação na escola não é apenas uma prática individual entre os discentes, pois um conjunto de ações e omissões do sistema escolar acarretam prejuízos na aprendizagem do aluno, repercutindo no processo de construção da identidade desses indivíduos. Por isso, é oportuno compreender que:

Nestes últimos quatro mil anos da história humana, o Ocidente repetiu, *ad nauseam*, que o amor e o erotismo entre pessoas do mesmo sexo eram "o mais torpe, sujo e desonesto pecado", e que por causa dele Deus castigava a humanidade com pestes, inundações, terremotos, etc (MOTT, 2006. p. 509).

Junqueira (2009), analisando a homofobia nas escolas, verifica que há um certo consentimento reproduzido e ensinado em nossa educação formal. Por isso é importante “[...] conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas” (JUNQUEIRA, 2009, p. 16). É oportuno recuperar, no contexto da legislação educacional (lei nº 9.394/96), que a educação é direito de todos e possui entre seus princípios a garantia da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, bem como o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996). Além do mais, compete a escola “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas” e considerando nesse dinâmica o estabelecimento de “ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas” (LDBEN 9394/96). Considero pertinente a reflexão que Teixeira-filho, Rondini e Bessa (2011) realizam a esse respeito:

Atualmente, um dos objetivos centrais da educação é a formação de cidadãos e cidadãs, o que implica dizer que as escolas devem buscar a equidade e o respeito entre as pessoas. Essa não é apenas uma questão pedagógica, mas também política. No entanto, as escolas têm dificuldades em compatibilizar, a contento, a complexa relação entre políticas públicas de educação e demandas sociais, pelo menos no que diz respeito às que tratam de igualdade de gêneros, minimização da homofobia, prevenção às DST/HIV-AIDS, direitos humanos e temas correlatos. Abordar esses temas torna-se conflitante, pois, inevitavelmente, a escola deverá negociar entre aquilo que as políticas públicas e as leis acreditam ser a direção possível para a produção de cidadãos e cidadãs livres, crític@s e instruíd@s, e aquilo que @s professor@s, em suas crenças e valores pessoais, e as famílias, em seus agrupamentos e/ou isoladas, esperam para a educação de seus/suas filh@s. Trata-se, portanto, de equacionar interesses individuais que se contrapõem aos coletivos (p. 727).

Além da dificuldade em equacionar interesses individuais e coletivos, o espaço escolar, lamentavelmente, vem reproduzindo um fenômeno que preocupa as autoridades: a violência, que acaba representando um fator que dificulta o acesso e a permanência na unidade escolar, assim como negando o direito à educação de segmentos populacionais cada vez mais expressivos, em especial pobres, negros, deficientes, comunidade LGBT. Ao invés da cultura da paz, se reproduz nas escolas a cultura da violência, que, para além dos aspectos irracionais, está fundamentada em elevada carga de discriminação e preconceito. Especificamente sobre a homofobia, percebemos que, em uma conjuntura de reprodução de enfurecidos discursos de ódio, a sociedade como um todo se assenta em rígidos padrões heteronormativos que privilegiam a heterossexualidade e que são facilmente notados em diferentes momentos do cotidiano escolar, em consonância com a lógica discursiva fundamentalista de que “menino veste azul e menina rosa”ⁱⁱⁱ. De acordo com Abramovay (S/D, p. 10)

Uma das discriminações que mais chama a atenção nas escolas é a homofobia, ou o tratamento discriminatório sofrido por jovens de ambos os sexos tidos como homossexuais, legitimada por moralismos em nome da masculinidade. Tal discriminação baseia-se na concepção de que existe uma sexualidade correta, “normal”, que deve ser sinônimo de casar e ter filhos. Assim, a homofobia é legitimada por padrões culturais que condenam práticas não-heterossexuais. Com efeito, em uma cultura machista, a homossexualidade representa uma afronta à masculinidade/virilidade.

Os que fogem da normalidade, em grande parte referendada por uma cultura machista, serão alvo de discriminação e violência, em nome da conservação da “sexualidade correta” e que, rispidamente, condena qualquer tipo de afronte a práticas não-heterossexuais. Em nome da manutenção da masculinidade viril, sujeitos que não se enquadram na “sexualidade correta” serão devidamente vigiados e, de algum modo,

punidos pelo comportamento desviante que serão julgados pelo tipo de vestimenta ou jeito de falar, andar, se comportar, tal como indicam estudos de Abramovay e Rua (2002) e Abramovay, Cunha e Calaf (2009).

Reforça-se, assim, uma excludente cultura sexista que se caracteriza pelo domínio de um sexo sobre o outro, assentado numa compreensão binária, expressada na dicotomia homem/mulher e masculino/feminino que separa, rigidamente, os sexos e gêneros. Essa lógica binária terá como uma de suas características a desvalorização de um polo “[...] designado como minoria que, apesar de ser diferente ou desviante, poderá ser ‘tolerado’ pela sociedade” (SOUZA; CARRIERI, 2010, p. 54). Desse modo, segundo Louro (2000, p. 41):

[...] a escola está absolutamente empenhada em garantir que seus meninos e meninas se tornem homens e mulheres verdadeiros o que significa dizer homens e mulheres que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade.

Essa rígida separação sexista encontra na escola campo fértil para a reprodução de preceitos heteronormativos e acaba por representar uma violência (não apenas física) àqueles que no seu legítimo direito resolvem não assumir publicamente sua orientação sexual. “Sair do armário” não é tarefa simples. Ainda mais em um contexto onde a liberdade expressão (direito constitucional essencial numa ordem democrática) esbarra na disseminação do discurso do ódio como manifestação dirigida em especial a grupos minoritários da sociedade contemporânea. (FREITAS; CASTRO, 2013).

E o discurso do ódio, pautado em compreensões preconceituosas, tem como alvo fixo no contexto escolar grupos historicamente relegados socialmente, que enfrentam situações de injustiças cotidianas, o que prejudica severamente a permanência desses indivíduos na escola. Talvez por medo do ódio contido em discursos heteronormativos seja melhor não se assumir, utilizando essa estratégia como forma de proteção dos ataques que certamente irão advir. No entanto, adverte Castañeda (2007, p. 110), essa postura pode trazer algumas graves consequências, pois:

[...] observou-se que os homossexuais que assumem publicamente sua orientação, sobretudo para sua família, são muito menos expostos à depressão, à ansiedade e à somatização; sua auto-estima e sua capacidade de relação com o outro são bem mais desenvolvidas.

Não estaria a escola a serviço da naturalização de padrões sexistas que podem desencadear processos de violência e adoecimento na população homoafetiva? Lembro, aqui, o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004), lançado pelo governo federal em 2004, que estabelecia como uma de suas diretrizes: valorizar o respeito à paz e à não-

discriminação por orientação sexual. É oportuno registrar que o referido Programa previa a confecção materiais educativos específicos para discutir questões como orientação sexual e homofobia. Ocorre que em 2011 o Programa e o material produzido, após fortes críticas, em particular da Bancada Evangélica^{iv}, foi engavetado e recebeu a denominação de “Kit Gay”.

Dados do extinto Ministério dos Direitos Humanos apontam a crescente violência LGBTfóbicas no Brasil, indicando os grupos mais vulneráveis: travestis, transexual, gay, lésbicas, bissexual (BRASIL, 2018). Segundo Mott (2006) essa violência está presente no seio familiar, na igreja, na rua, no posto de saúde, na mídia, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia e, também, nas escolas.

De acordo com Borrillo (2010) a violência homofóbica está presente em posturas que procuram inferiorizar, desumanizar, diferenciar e distanciar o indivíduo homossexual de maneira semelhante como se verifica em outras formas de exclusão: como a xenofobia, o racismo, o antissemitismo ou o sexismo. Por esse prisma, o homossexual não deveria gozar seus plenos direitos. E, assim, recusa-se a essas minorias determinados direitos humanos, em especial o direito à educação, sobretudo quando esses evadem ou sistematicamente reprovam por sucessivas vezes as séries escolares.

Conforme Junqueira (2009) é frequente ocorrer no espaço escolar tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais direcionadas a jovens e adultos LGBT. Pratica-se a “pedagogia do insulto”, fundada em piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões que desqualificam esses sujeitos e funcionam como mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009). Essa dominação simbólica é acompanhada por um conjunto de discriminações nas escolas que tem como alvo grupos que historicamente enfrentam situações de injustiça cotidianas. No entanto, escola deve ser espaço de inclusão e acolhimento das diferenças e não o contrário. Assim, é importante a realização de pesquisas que entendam criticamente o fracasso escolar e homofobia no contexto da escola pública, em sintonia com que concebe o direito à educação que preconiza a “igualdade de condições para o acesso e a permanência” no sistema escolar brasileiro. Ademais, conforme Junqueira (2009, p. 26):

[...] é preciso não descurar que a homofobia, em qualquer circunstância, é fator de sofrimento e injustiça. Também por isso, o astucioso argumento de que ela seria “menos grave quando não produz baixo rendimento, evasão ou abandono escolar” deve ser enfaticamente repelido. Afinal, inseridos/as em um cenário de stress,

intimidação, assédio, não acolhimento e desqualificação permanentes, adolescentes e jovens estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros são frequentemente levados/as a incorporar a necessidade de apresentarem um desempenho escolar irrepreensível, acima da média. Tal como ocorre com outras “minorias”, esse/a estudante tende a ser constantemente impelido/a a apresentar “algo a mais” para, quem sabe, “ser tratado/a como igual”. Sem obrigatoriamente perceber a internalização dessas exigências, é instado/a a assumir posturas voltadas a fazer dele/a: “o melhor amigo das meninas”, “a que dá cola para todo mundo”, “um exímio contador de piadas”, “a mais veloz nadadora”, “o goleiro mais ágil” etc. Outros/as podem dedicar-se a satisfazer e a estar sempre à altura das expectativas dos demais, chegando até mesmo a se mostrarem dispostos/as a imitar condutas ou atitudes convencionalmente atribuídas a heterossexuais.

A homofobia, ao produzir sofrimento e injustiças, acaba por ensejar evasão e repetência escolar. No entanto, há a necessidade de estudos que apresentem indicadores mais precisos a respeito dessa relação. Trata-se, como defende Plaisance (2004), de abandonar o moralismo abstrato (que muitas vezes justificam posturas preconceituosas) e avançar à ética real. Por isso, a relevância da investigação aqui apresentada se assenta ainda na necessidade e urgência histórica de superarmos interpretações sociais que reproduzem valores culturais que inscrevem certas práticas sexuais como normais ou patologizantes, o que implica em construirmos uma educação voltada ao reconhecimento da diferença da diversidade sexual e da identidade de gênero em sua pluralidade (MISKOLCI, 2012).

4 As práticas homofóbicas no contexto de escolas pública e o fracasso escolar de indivíduos LGBT no município de Moju

4.1 Identificando práticas homofóbicas no contexto da escola pública no município de Moju

No aspecto jurídico, homofobia é uma violação do direito humano fundamental de liberdade de expressão. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero seja considerada crime. Além disso, ainda tramita na Câmara Federal, mas já aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Projeto de Lei (7584/14) que criminaliza a homofobia e a transfobia (BRASIL, 2014). Quando o referido projeto de lei for sancionado será considerado crime hediondo o homicídio cometido contra lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexo e demais pessoas trans. Assim, os delituosos serão indiciados por crime de ódio e intolerância e responderão por atos de discriminação. Desse modo, práticas homofóbicas são crimes e ferem a dignidade da pessoa humana. Por isso é importante

identifica-las, sobretudo no ambiente educativo que deve ser espaço de acolhimento e inclusão.

O **quadro 01** aponta, segundo o relato dos partícipes da pesquisa de campo as principais práticas homofóbicas já sofridas por eles durante o processo de escolarização formal.

Quadro 01: Práticas homofóbicas sofridas na escola

Discente	Tipo de prática homofóbica
Florzinha	Insultos, xingamentos, piadas, agressão física
Melzinha	Apelidos, humilhação, agressão física
Doçura	Xingamentos e agressão física
Fofura	Piadas, apelidos e agressão física
Pancadão	Humilhação, agressão física
Cremosa	Insultos, xingamentos, piadas
Elegância	Agressão física, piadas
Sofisticada	Piadas, apelidos
Cheirosa	Apelidos, agressão física, humilhação
Delícia	Humilhação, xingamentos, agressão física

Fonte: pesquisa de campo 2020

Conforme as informações da pesquisa de campo o tipo de prática homofóbica mais comum foi a agressão física. Tendo em vista esse cenário é importante saber que, de acordo com o relatório *Homofobia Patrocinada pelo Estado 2019*, elaborado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), ainda há 70 países onde ser gay ou lésbica é ilegal. O mesmo relatório aponta ainda que Onze países no mundo ainda punem com a morte as relações homossexuais. No que concerne especificamente no Brasil, mais de 50% dos LGBT dizem ter sofrido alguma violência desde as eleições no Brasil, o que coincide com a chegada ao poder chegada ao poder de líderes homofóbicos. (ILGA, 2019).

Além das agressões físicas, pessoas de orientação sexual diferente dos padrões heteronormativos são alvo de elevada violência psíquica, cuja prática é quase sempre de indivíduos que se consideram machos. Dados da pesquisa de campo indicam que 100% dos indivíduos sempre foram atacados por homens por meio de xingamentos, piadas, insultos

e humilhação. O quadro 02 apresenta os principais insultos e xingamentos sofrido por esses indivíduos

Quadro 02: Insultos e xingamentos de cunho homofóbico

Discente	Tipo de prática homofóbica
Florzinha	Viadinho de bosta, fresquinho de bosta
Melzinha	Sua putinha, bichinha
Doçura	Bicha de bosta, putinha
Fofura	Mariquinha, viadinho
Pancadão	Sua bostinha
Cremosa	Viadinho
Elegância	Fresquinho, viadinho
Sofisticada	Rosca piscante, fresquinho, viadinho
Cheirosa	Viadinho de bosta, bichinha
Delícia	Putinha, viadinho, mariquinha

Fonte: pesquisa de campo 2020

Roselli-Cruz (2011), analisando a questão da Homossexualidade, homofobia, a agressividade do palavrão e seu uso na educação sexual escolar, percebe “Palavrões dirigidos ao filho já fizeram pais tomarem atitudes agressivas contra colegas do filho e seus respectivos pais. E isto também pode ser responsável pela evasão escolar” (p. 84). Assim, é preciso perceber que “Um simples palavrão que insinue orientação sexual diferente do modelo heteronormativo pode implicar em medos, resposta agressiva com aumento da violência, além de baixo desempenho, reprovação e evasão da escola” (p.84).

Nossas escolas devem ser ambientes educativos e acolhedores, um espaço de oportunidades de sociabilidade humana, que faça a opção política pela inclusão, o que torna necessário “[...] que nossos jovens aprendam e compreendam que a homofobia, bem como qualquer outro tipo de discriminação, é, sobretudo, um desrespeito à liberdade e à individualidade de cada ser humano” (SILVA, 2010, p.149). Almeida, Maia e Chaves (2016), ao analisarem a questão da homofobia presente nas escolas brasileiras informam que

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013) apontam que no Brasil mais de 40% dos homens gays dizem ter sido agredidos fisicamente enquanto estavam na escola; em muitos países, a exposição ao *bullying* homofóbico provoca redução da frequência escolar, abandono escolar precoce e queda de desempenho e rendimento acadêmico; o *bullying* homofóbico pode produzir efeitos adversos na saúde mental e psicológica dos jovens, causando impacto negativo na sua educação; existe uma relação entre *bullying* homofóbico e depressão, ansiedade, perda de confiança, retração, isolamento social, culpa e distúrbios do sono; alunos que são alvo de *bullying* homofóbico na escola têm

maior probabilidade de pensar em se machucar e de cometer suicídio que os jovens em geral (p.74).

Assim, de forma tácita, mas bem visível, vai ocorrendo bullying homofóbico nas escolas e é uma forma de violência que infringe os direitos de inúmeros indivíduos à educação e tem íntima correspondência com o desempenho escolar dos alunos, o que repercute no aumento da taxa de evasão escolar.

O bullying homofóbico (como qualquer outra forma de manifestação violenta) não é algo inofensivo e provoca danos físicos e emocionais nos indivíduos objeto dessa forma de violência. De acordo com Candau (2003) apenas quem é alvo desse modo de ser agredido consegue compreender o sofrimento psíquico e a sensação de humilhação que elas provocam. Os insultos e xingamentos que pessoas de orientação sexual diferente representam uma violência psicológica e é reflexo do preconceito e hostilidade direcionados às expressões de sexualidade não heteronormativas presentes no seio de nossa sociedade (ALBUQUERQUE et al, 2016). De um modo geral, tendo em vista o cenário sociopolítico nacional, em que se apresentam inflamados discursos de ódios, entendo que “Não há mais espaço para a ignorância sexual, homofobia e não reconhecimento da diversidade sexual e cultural” (ROSELLI-CRUZ, 2011, p. 84).

4.2. Fracasso escolar e práticas homofóbicas: a dor e a tristeza de não poder ser o que se é

De acordo com Acosta (2019) indivíduos gays efeminados e travestis não são evadidos os bancos escolares, pois eles são, na verdade, expulsos das instituições de ensino em decorrência da orientação sexual assumida (ou não). Tal como os processos de vigiar e punir verificados no sistema prisional (FOUCAULT, 2013), a arquitetura escolar é erigida visando a manutenção dos corpos sob seu controle e vigilância, tendo em vista discipliná-los e normatizá-los para que estejam sob sua autoridade, garantindo, assim, a disciplina, a ordem e a hierarquia. Ao invés de acolher esses indivíduos a escola opera mecanismos de opressões que reforçam a imposição de uma subalternidade que acaba excluir aqueles que fogem aos padrões binários. A instituição educativa acaba se convertendo em um não-lugar para gays efeminados, lésbicas masculinizadas, transexuais masculinos e femininos e travestis. Dessa forma, conforme a narrativa de Delícia:

Sempre tive esse meu jeito. E sempre enfrentei problemas na escola. Antes de me assumir, quando as pessoas apenas desconfiavam de que eu era gay, havia

sempre aquelas gracinhas pro meu lado. Coisas que incomodam e chateiam a gente. Eu, por exemplo, morria de vontade de ir ao banheiro, mas segurava até o fim da aula. Ou então ia quando não tinha ninguém no banheiro. As brincadeiras da educação física, sobretudo a dos meninos nunca chamaram minha atenção. Tinha poucos amigos. E percebia que eles tinham certa vergonha de mim. Não gostava de ir pra escola por isso. Parecia que lá não era lugar pra mim.

E realmente, a instituição escolar não parece ser um lugar atrativo para gays. Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016) 73% dos entrevistados foram alvos de xingamento na escola em razão de sua orientação sexual. Além disso, a própria nova Base Nacional Comum Curricular não faz nenhuma menção aos termos identidade gênero e orientação sexual.

Nesse sentido, é difícil sair do armário. É mais fácil sair da escola, que não consegue acolher e incluir a todos, o que constitui uma negação ao direito a escolarização formal e representa uma grave forma de violência contra os que não obedecem aos padrões heteronormativos. Assim, Cremosa expõe sua percepção sobre essa situação:

Eu sempre quis estudar. Mas sentia muita dificuldade na escola. Sempre fica aquela desconfiança quando a gente não sai do armário. E por muito medo e receio de não ser aceito por meus pais e família, demorei a sair do armário... Mas antes eu já tinha saído da escola. Não suportei quando todo mundo gozava da minha cara, encarnação pesada mesmo. E era todo dia isso. Sempre as mesmas pessoas. Chegaram a me bater na frente da professora. Fui humilhado na frente de todo mundo. Qual era o problema de eu ser gay? Na verdade, naquele momento eu percebi que o problema era eu. Aí saí da escola. Voltei agora três anos depois pra dizer que o problema é da escola e eles vão ter que me aceitar do meu jeito.

O caso de Cremosa denuncia um contexto em que ela enfrentou uma situação em que foi inferiorizada e desumanizada em razão de sua orientação sexual. Borrilo (2010) define esse tipo de homofobia reproduz a exclusão, semelhante ao que ocorre com indivíduos alvo de xenofobia, racismo, antissemitismo ou o sexismo.

Ainda segundo Borrilo (2010) temos aí dois aspectos referentes a homofobia: um diz respeito a dimensão pessoal, que se manifesta por meio da rejeição ao homossexual; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, cujo direcionamento da rejeição não é o homossexual (enquanto ser), mas a homossexualidade assumida dentro de um contexto psicológico e social. Nesse bojo, parto do princípio de que não há como construir uma sociedade democrática e livre de preconceitos sem garantir a igualdade de condições para o acesso à educação. É necessário, pois, uma escola que oportunize aos sujeitos o usufruto do

exercício da cidadania, da liberdade e da diversidade. Desse modo é importante considerar o testemunho de Fofura, Cheirosa e Pancadão

Eu só queria ser eu e não ser alvo de chacota por isso. Que a escola me aceitasse. Como ficar na escola se não sou aceito nem por meus professores, se sou xingado e ridicularizado, se julgam meu modo de vestir, falar? (FOFURA)

Eu abandonei a escola duas vezes. As duas por não me sentir segura lá. Eu era muito jovem e ainda tinha medo de me assumir. Eu me sentia violentado. Nem a atenção dos professores eu tinha. Achavam que eu devia saber me comportar... Hoje não tenho mais esse medo todo. E quero seguir meus estudos, mesmo sabendo que o preconceito e a discriminação me perseguirão a vida toda (CHEIROSA).

Quando fui para o ensino médio resolvi assumir quem eu era. Eu acreditava que que seria mais aceito. Pelo contrário. Havia, inclusive, professores que praticamente me ignoravam na sala. Uma professora tentou corrigir meu jeito de se vestir, de falar... Além disso, quase todos os dias que saía da escola sempre vinha um grupo de alunos me xingar até a para da de ônibus. Foi que parei de estudar. Não dava pra continuar daquele jeito (PANCADÃO).

É oportuno lembrar que Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) estabelece que a escola deve ser espaço em que se respeite a orientação sexual dos indivíduos, tendo em vista a garantia do exercício da cidadania, o que oportuniza a possibilidade do acesso ao ensino, permanência e sua conclusão. No entanto, em razão da reprodução sistemática de práticas homofóbicas no ambiente escolar, muitos indivíduos, em razão específica de sua orientação sexual, não conseguem permanecer nos bancos escolares e, assim, retardam a conclusão de sua trajetória na educação básica.

Trata-se processo que aniquila o direito do outro a completar o caminho de sua escolarização, pois “Vale dizer, a diferença era visibilizada para conceber o “outro” como um ser menor em dignidade e direitos, ou, em situações-limite, um ser esvaziado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável (PIOVESAN, 2009, p. 295-296). São práticas sistemáticas de intolerância, preconceito e discriminação que colaboram para a exclusão escolar de indivíduos de orientação sexual que escapa ao binarismo homem-mulher.

A verdade é que eu, filha de militar, não era aceito nem em casa e nem na escola. Resultado: saí de casa e da escola (ELEGÂNCIA)

*Eu queria ficar na escola. Mas o que a escola fez pra eu ficar lá? (FLORZINHA)
Eu reprovei por falta várias vezes até parar de estudar. Eu até aprendia. Mas não sentia que a escola me queria por lá (MELZINHA).*

Eu tinha era medo de ir pra escola. Ia na força do ódio. Eu sempre era o escolhido pra ser sacaneado. E isso era sempre. Teve um momento que tive que parar de estudar (SOFISTICADA).

Esses depoimentos nos permitem entender que é necessário construir, desde o projeto político-pedagógico e também pelo currículo, uma escola de todos e para todos, para além dos pressupostos heteronormativos hegemônicos nos espaços educativos formais que ignoram e desrespeitam uma educação que deveria está assentada num ensino plural com apreço a tolerância e o respeito às minorias.

É preciso reconhecer diferenças e superar preconceitos existentes no espaço escolar (HENRIQUES, 2007) e entender a sala de aula como “[...] um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças” (HENRIQUES, 2007, p. 9).

A escola, tendo em vista seu caráter formativo e socializante não pode ser espaço para a intolerância. Como dissera Habermas (2003, p. 12) “[...] não se pede que ele seja menos intolerante, exige-se que deixe de ser intolerante”. Trata-se de um imperativo ético necessário a convivência humana e democrática.

Entre aqueles que ficam no “armário” paira o preconceito velado, onde o indivíduo só é tolerado desde que guarde pra si seu jeito diferente de ser. Caso contrário, encontrará enfrentar a fúria de quem não admite a existência da diversidade. Essa situação foi narrada da seguinte forma por Doçura:

Eu ficava na minha. Mas todo mundo desconfiava. Eu procurava evitar que soubessem. Eu via como tratavam outros gays na escola. Não queria ser tratado do mesmo jeito. E isso dificultava muito minha vida na escola. Eu era evitado pelos colegas na hora de alguma atividade que o professor passava. Geralmente eu fazia sozinho. Na verdade, eu era excluído mesmo. Quando eu passei a assumir quem eu era o tratamento a minha pessoa mudou, só que para pior. Aí não deu pra continuar na escola. Não me queriam lá.

Assim, embora a legislação educacional brasileira estabeleça a educação como um direito fundamental, destinado a todas as pessoas sem discriminação, a escola ainda é espaço de situações de homofóbicas e que tece um cenário propício ao fracasso escolar das pessoas que não se enquadram no rígido padrão binário estabelecido. Em sintonia com o que expõem Santos e Cerqueira-Santos (2020) é preciso entender a homofobia como um fenômeno presente em nossas escolas e a manutenção das violências promovidas nela ocorre por conta das representações negativas que se tem das pessoas não heterossexuais.

Para além da hierarquização estabelecida entre quem tolera e quem é tolerado, uma vez que isso não significa a garantia de direitos e inclusão (FURLANI, 2009), é preciso entender que a estrutura social e educacional engloba um conjunto de preconceitos e discriminações, ainda que camuflados, que dificultam a permanência dos diferentes nos espaços sociais, em especial a escola. Ainda que a escola, intencionalmente ou não, busque silenciar e subalternizar os indivíduos que não se enquadram nos padrões heteronormativos, dialeticamente se desenvolve no ambiente educativo processos de resistência: [...] “eles não me querem aqui. Mas eu vou ficar sim e vou ser do jeito que eu quiser ser” (SOFISTICADA). Que essas vozes dissonantes possam resistir com cada vez mais vigor até o dia em que aprendermos os versos da canção de Caetano Veloso “cada um sabe a dor a delícia de ser o que é”.

5 Considerações inconclusas

O fracasso escolar como objeto de estudo, sobretudo a partir das pesquisas realizadas por Patto (2000) apontam as origens históricas desse fenômeno inerente ao modo capitalista de produção. Ainda que seja um fenômeno multifacetado, sua explicação reside especialmente na situação de pobreza que afeta a maioria dos indivíduos que frequentam a escola pública (PATTO, 2000). Indivíduos de orientação LGBT no contexto da escola pública (que já enfrentam os obstáculos no que tange a condição de pobreza que afeta a maioria) encaram ainda diversos dispositivos de controle social das sexualidades que, juntamente com a homofobia, (re)produzem preconceitos, estereótipos e discriminações que dificultam o exercício do direito à educação, colaborando para o fracasso escolar.

Dessa forma, essa pesquisa procurou apresentar uma interpretação analítica sobre as relações estabelecidas entre práticas homofóbicas no ambiente escolar e a dificuldade da conclusão da escolarização formal de jovens LGBT no município de Moju (PA), tendo como recorte inicialmente identificar práticas homofóbicas no contexto da escola pública, procurando descrever e explicar a percepção de indivíduos LGBT sobre as práticas homofóbicas das quais são alvo no ambiente educativo, além de construir um conjunto de narrativas sobre os principais aspectos da violência (física ou não) contra estudantes LGBT.

Espera-se, assim, colaborar para a elaboração e destinação de políticas públicas direcionadas ao combate a homofobia no contexto escolar em sintonia com o que

defendem Pereira e Bahia (2011), uma vez que a escola, enquanto espaço da garantia da possibilidade de materialização do direito à educação, necessita colaborar com a construção da diversidade sexual, pois “[...] para se viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem” (PEREIRA; BAHIA, 2011, p. 52).

Espera-se, ainda, ao trabalhar com entrevista-narrativa, ser mais um canal que visa dar visibilidade às vozes que, em função do preconceito e discriminação fortemente vigentes em nossa sociedade, são silenciadas pelos diversos dispositivos de controle social de orientações sexuais que escampam ao binarismo hegemônico.

Nesse sentido, é um imperativo ético reconhecer diferenças e superar preconceitos que ensejam diversas discriminações e violências no espaço escolar. A escola não pode se omitir do debate concernente a homofobia. A diversidade sexual e de gênero devem se fazer presentes no currículo escolar e assim possibilitar o desvelamento da violência homofobia presente no ambiente educativo formal e que, infelizmente, expulsa dos bancos escolares essa minoria. Jovens de orientação LGBT são expulsos todos os dias da escola cujas motivações obscurantistas já deveriam terem sido superadas. Desse modo, é preciso permitir que cada qual tenha a liberdade substantiva de experimentar e vivenciar sua forma de socialização no mundo, pois, como poetizou Leminski “Isso de ser exatamente o que se é ainda vai nos levar além”. Por isso, é importante investigações que aprofundam, esclareçam, conscientizem e politizem a sociedade para o respeito e valorização da diversidade.

Referências

ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas violências nas escolas.** S/D. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acessado em 03 de abril de 2020.

ABRAMOVAY, M. e RUA, M. G. **Violências nas escolas.** Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.pdf>

ABRAMOVAY, M; CUNHA, A. L; CALAF, P.P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas.** Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

Disponível em: http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=24&Itemid= Acesso 31/01/2015.

ALBUQUERQUE, G. et al. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, June 2016.

ALMEIDA, H; MAIA, L; CHAVES, H. Homofobia na Escola: algumas posições assumidas por instituições de Psicologia no Brasil. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 35, p. 71-85, abr. 2016.

ARROYO, M. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em aberto**, 17(71), 33-40, jan. 2000.

BELLO, M; LUZZI, J. Gênero e diversidade sexual na escola: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do núcleo de gênero diversidade sexual da secretaria de estado da educação do paraná. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba, 2009.

BENTO, B. **O que   transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 141 p.

BRASIL. Ministério de Educa o e Cultura. **LDB - Lei n  9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educa o Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. CONSELHO Nacional de Combate   Discrimina o. **Brasil sem homofobia**: programa de combate   violência e   discrimina o contra GLTB e promo o da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBTF bicas no Brasil**: dados da violência/ elabora o de Marcos Vinícius Moura Silva – Documento eletr nico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p.

BRASIL. **Comit  Nacional de Educa o em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educa o em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n  7582/2014**. Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1 o e caput do art. 50 da Constitui o Federal, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CANDAU, V. **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência homossexual:** explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CHO, Jeasik; TRENT, Allen. Validity in qualitative research revisited. **Qualitative Research Journal**, v. 6, n. 3, p. 319-340, 2006.

CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre. Editora Penso, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** nascimento das prisões. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência**. Florianópolis, n. 66, p. 327-355, jul. 2013.

FURLANI, J. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia *Queer*: O que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In R. D. Junqueira (Ed.) **Diversidade sexual na Educação:** Problematizações sobre a homofobia nas escolas (pp. 293-324). Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2009.

GOLIN, C; WEILER, L. **Homossexualidade, cultura e política.** Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

HABERMAS, J. Sobre el Concepto y Papel de la Tolerancia Religiosa en Sociedades Occidentales. Revista **Diálogo Científico**, Tubigen, v. 12, n. 12, p. 11-22, 2003.

HENRIQUES, R. et al. (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD, n. 4, Brasília, maio de 2007

ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo). Relatório de *homofobia patrocinado pelo estado 2019*. Disponível em: <https://ilga.org/ilga-launches-state-sponsored-homophobia-2019>. Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____ (org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 13-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a Pedagogia do Armário. SILVA, Fabiane Ferreira da (Org.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação.** Uruguaiana: Unipampa, 2011.

LOURO, L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças (Série Cadernos da Diversidade, Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, set. 2006.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2000.

PEREIRA, G; BAHIA, F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 51-71, abr. 2011.

PIOVESAN, F. Igualdade, diferença e direitos humanos: perspectivas global e regional. In: LEITE, G.; SARLET, I. **Direitos Fundamentais e Estados Constitucional**: estudos em homenagem a j. j. gomes canotilho. São Paulo: RT/Coimbra: Coimbra Ed., 2009, p. 294-322.

PLAISANCE, E. **Sobre a inclusão**: do moralismo abstrato à ética real. In: CENP, São Paulo, 2004.

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na educação sexual escolar. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 73-85, Apr. 2011.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2014.

SILVA, B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SOUZA, E. e CARRIERI, A. A analítica Queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. In: RAM, **REV. ADM. MACKENZIE**, V. 11, N. 3, Edição Especial • SÃO PAULO, SP. MAI./JUN. 2010, p. 46-70

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-741, Dec. 2011.

Observação: Pesquisa financiada pelo CNPq

Notas

ⁱ A sigla LGBT é empregada para se referir a qualquer um que não é heterossexual ou cisgênero. Mas é importante esclarecer que há várias mudanças na sigla representativa desse movimento no Brasil. No contexto dessa pesquisa será empregado a sigla LGBT em concordância com a deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, tendo em vista por apresentar um certo consenso no que tange a busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades referentes aos pertencimentos sexuais e de gênero. No entanto, entendo as limitações que a referida sigla apresenta na atual conjuntura dos debates a respeito do tema.

ⁱⁱ Em função do contexto pandêmico que afeta o mundo desde o final de 2019, provocado pela coronavírus, as entrevistas foram realizadas via o aplicativo de conversa whatsapp.

ⁱⁱⁱ Em vídeo que circulou na internet em 2019, Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro, afirmou que “menino veste azul e menina veste rosa”, refletindo um modelo de pensamento que deveria prevalecer e orientar a gestão política brasileira, calcada em doutrinações arcaicas, supersticiosas, inverossímeis e irracionais no que tange as questões de gênero.

^{iv} Trata-se de uma frente parlamentar composta por políticos evangélicos de origem partidária diversa e que se destaca por se posicionar contrariamente a temas igualdade de gênero, casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto e opondo-se à criminalização da violência e discriminação contra população LGBT.

Sobre o autor

Raimundo Sérgio de Farias Júnior

Professor Adjunto III da Universidade do Estado do Pará.

E-mail: jrbarcafarias@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5116-0360>

Recebido em: 21/06/2021

Aceito para publicação em: 02/07/2021